

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Conteúdo nacional.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Notas	2
VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Consumo em alta pode elevar preços de energia em maio	2
Título: Leilões destravar US\$ 6 bilhões em investimentos até 2019	4
Título: Destaques	6
Título: União não quer negociar hidrelétricas com Cemig.....	6
Título: Petrobras ainda avalia como atender TCU	7
Título: Dois terminais portuários em Santarém vão a leilão.....	8
Título: TST julgará ação bilionária contra a Petrobras	10
Título: Destaques	11

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Conteúdo nacional**

A Petrobras conseguiu, sexta, na Justiça, retomar, num primeiro momento, a licitação da plataforma piloto de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. Em janeiro, o TRF da 1ª Região suspendeu a licitação após ação do Sinaval (Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore), sob a alegação de que o processo não cumpria regras de conteúdo estipuladas em contrato.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Poder / Painei****Autor: Daniela Lima****Título: Notas**

Vale ouro. O governo prepara, por meio de medida provisória, um pacote para o setor de mineração. A proposta é transformar o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) em uma agência reguladora e fazer mudanças nas regras da contrapartida cobrada pela extração e venda de minério.

Só falta ele. A MP passa pelos últimos ajustes na Casa Civil, que espera um “ok” do presidente Michel Temer para anunciá-la.

No embalo. Senadores e deputados de Minas e do Pará pretendem se unir para pressionar o governo a editar uma segunda medida provisória, só sobre a questão dos royalties da mineração nos dois Estados. O primeiro encontro entre as bancadas está marcado para quarta (23).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito****Título: Consumo em alta pode elevar preços de energia em maio**

João Carlos Mello, diretor Thymos Energia: “A situação é realmente crítica. É preciso acionar térmicas”.

Dois fatores relativos ao setor elétrico têm potencial para formar uma "combinação explosiva" para a elevação dos preços de energia no mercado de

curto prazo e dos contratos no mercado livre a partir de maio. Além deles, o cenário hidrológico desfavorável pode levar o preço à vista a atingir o teto regulatório, de R\$ 533 por megawatts-hora (MWh), e consequentemente a bandeira tarifária vermelha, no segundo semestre, de acordo com especialistas ouvidos pelo Valor, configurando o primeiro momento de estresse na operação do sistema do governo Temer. O aspecto positivo é que todos os fatores descritos contribuem para transparência do funcionamento do setor.

O primeiro fator é a revisão periódica da previsão de consumo de energia para os próximos anos, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), prevista para abril e que terá efeito a partir de maio. No embalo do início de retomada do crescimento da demanda nos primeiros meses do ano, a tendência é que as instituições revisem para cima a previsão de consumo nos próximos quatro anos, o que vai gerar aumento na formação do preço de liquidação das diferenças (PLD), que baliza o preço no mercado de curto prazo. O segundo fator, mais técnico, é uma modificação nos mecanismos de aversão ao risco na operação do sistema, que serão mais rigorosos e realistas, e que também entrará em vigor a partir de maio, conforme determinação do Ministério de Minas e Energia ainda em 2016. Os dois fatores, somados ao cenário fraco de chuvas, vão provocar forte elevação dos preços de energia, na avaliação de especialistas. O PLD da segunda semana de março alcançou R\$ 240/MWh, com crescimento da ordem de 30%, em relação à semana anterior, fruto do cenário de escassez de chuvas e acionamento de termelétricas. Para esta semana, o indicador caiu 8%, para R\$ 219,10/MWh. Segundo Marcelo Parodi, diretor da comercializadora Compass, porém, se o novo mecanismo de aversão a risco já estivesse em vigor hoje, o PLD estaria entre R\$ 300/MWh e R\$ 340/MWh. "A situação é realmente crítica. É preciso acionar térmicas", afirmou João Carlos Mello, diretor da consultoria Thymos Energia. Segundo ele, se o cenário hidrológico continuar fraco, a estimativa é que o PLD alcance o teto regulatório e acione a bandeira tarifária vermelha no segundo semestre. A visão de Mello é compartilhada por Parodi. "Com o novo CVaR [mecanismo de aversão ao risco], a operação fica mais pessimista em relação à chuva futura. Ele potencializa o efeito de aversão a risco", disse. "Se a hidrologia não melhorar, o PLD pode chegar ao teto regulatório em junho ou julho. "O quadro delicado, ainda que não indique risco de racionamento, também se reflete nos contratos de energia de prazos maiores. Segundo a BBCE, plataforma eletrônica de leilão contínuo para comercialização de energia, os preços de contratos de fornecimento de energia no mercado livre em 2017 saltaram da casa dos R\$ 130/MWh, em janeiro, para mais de R\$ 190/MWh, hoje. Na mesma comparação, os preços de contratos para entrega em 2018, passaram de cerca de R\$ 140/MWh para algo em torno de R\$ 180/MWh. Mello, da Thymos, explicou que, o sistema elétrico caminha para terminar o período chuvoso com uma recuperação de apenas 1,3 ponto percentual do nível médio de armazenamento dos reservatórios do país, para 39,4%. Apenas esse fator já compromete a

possibilidade de recuperação dos lagos das hidrelétricas em 2018, já que elas partirão de um patamar muito baixo no próximo período chuvoso (que começa em dezembro), pois, a partir de abril, a tendência é o nível dos reservatórios recuar. Com isso, o setor elétrico entra no seu quinto ano seguido de estresse na operação do sistema. Em abril de 2012, último ano antes da crise hidrológica, os reservatórios hidrelétricos estavam com armazenamento médio de 75,4%. Especificamente sobre o Sudeste/Centro-Oeste, o principal subsistema do país, o nível de armazenamento naquela data alcançou 77%, o segundo melhor nível dos últimos 20 anos, e atingiu 19%, em dezembro de 2014, o pior nível das últimas duas décadas. Para Leontina Pinto, diretora da consultoria Engenho, o quadro mostra que o problema não é conjuntural, como era defendido pela gestão energética do governo Dilma Rousseff, mas estrutural. "A chance de chegarmos a 2018 com risco [no abastecimento] é real", afirmou. Segundo ela, é preciso ser feito um estudo da capacidade real de produção de energia das hidrelétricas brasileiras, que estão gerando menos do que a garantia física - espécie de selo que determina o volume de energia que pode ser comercializado por cada usina - e fazer um planejamento da expansão e operação do sistema, em linha com as novas condições do setor, em que os reservatórios não garantem armazenamento para períodos superiores a um ano. A perda da característica plurianual de armazenamento dos reservatórios, nome técnico para o problema, reacende os debates sobre a operação das termelétricas na "base", jargão do setor que prevê o acionamento contínuo dessas usinas. Hoje, algumas térmicas já estão operando na base, porém sob um modelo comercial de custo mais alto, pois prevê uma operação pontual dessas usinas. Segundo Pedro Verdelho, diretor da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (Erse), órgão regulador de Portugal semelhante à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no Brasil, uma possível solução a ser estudada seria a criação de um mecanismo de fundo, para aliviar os custos do sistema no momento de grandes oscilações dos preços spot. "No Brasil armazenar água no ano para utilizar daqui a dois anos, é impensável. É difícil resolver esse problema. Do ponto de vista econômico poderia se criar "buffers econômicos" para lidar com essa diferença de preço, e criar mecanismos de partilha entre clientes e geradores", afirmou Verdelho, que esteve no Brasil para encontros com representantes de ONS, EPE, Aneel e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Leilões destravar US\$ 6 bilhões em investimentos até 2019

José Firmo: "Saímos de uma condição em que a indústria se abriu ao setor privado para uma condição pré-fim do monopólio"

O sucesso das próximas rodadas de licitação de óleo e gás pode destravar investimentos de cerca de US\$ 6 bilhões (R\$ 18,6 bilhões) até 2019. Um estudo da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (ABESPetro), em parceria com a consultoria Accenture, mostra que o aumento das atividades, sobretudo em exploração, pode ajudar a indústria petrolífera a recuperar, nos próximos três anos, os empregos perdidos no setor nos últimos anos. Os investimentos em exploração e produção no Brasil estão há anos em declínio e a concentração da Petrobras vem aumentando significativamente. Segundo a Accenture, desde 2013, quando as petroleiras investiram um pico de US\$ 33 bilhões no país, as atividades caíram pela metade no mercado brasileiro, para patamares próximos a US\$ 15 bilhões. E a estatal, que chegou a responder por 70% dos investimentos, em 2010, teve sua participação ampliada para 93% no ano passado.

A queda no ritmo da atividade da indústria petrolífera foi responsável por eliminar cerca de 440 mil postos de trabalho diretos e indiretos desde o pico, em 2013, para 397 mil postos em 2016. O presidente da ABESPetro, associação que representa fornecedores de bens e serviços de óleo e gás, José Firmo, diz que os empregos perdidos devem ser recuperados nos próximos três anos, se o governo for bem-sucedido na tentativa de atrair novos investimentos privados. "Praticamente paramos a exploração no Brasil. Saímos de uma condição em que a indústria se abriu [para o setor privado] para uma condição pré-fim do monopólio, num momento em que a Petrobras está reduzindo investimentos. Estamos vivendo uma situação parecida com o fundo do poço. Se nada acontecer do ponto de vista da atração de investimentos, vamos ficar nesse marasmo por um longo tempo", comenta o presidente da ABESPetro. Firmo acredita que o fim da operação única da Petrobras no regime de partilha do pré-sal e a criação de um calendário plurianual de licitações de blocos exploratórios foram algumas boas sinalizações por parte do governo, na tentativa de atrair investimentos. Ele também considerou um "sinal positivo" o ajuste nas regras do conteúdo local para a 14ª rodada, mesmo que elas tenham representado um corte nas exigências de nacionalização. Firmo argumentou que, para os fornecedores, o mais importante neste momento é estimular a retomada dos investimentos por parte das petroleiras. "É necessário trazer de volta o investimento. A atividade [de exploração e produção] foi drasticamente reduzida em todas as partes da cadeia e trouxe prejuízo gigantesco para o emprego", disse. Ele ponderou, contudo, que ainda existem pendências que precisam ser resolvidas antes das rodadas, como a confirmação da extensão da validade do Repetro - regime aduaneiro especial voltado para a importação de bens do setor petrolífero - e a regulamentação do processo de unitização. A previsão da ABESPetro é que os acordos de unitização em curso destravem investimentos de US\$ 2,1 bilhões até 2019. "É difícil imaginar que a decisão de investir e comprar blocos no Brasil num projeto de 30 anos seja tomada considerando um Repetro que termina em um

ano e meio [2019]. É fundamental que a decisão aconteça antes que as rodadas sejam feitas", disse o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Vale será multada em MG

A Vale receberá multa da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad) devido a um vazamento de rejeitos que contaminou rios e córregos da região central do Estado, segundo a Agência Brasil. O problema ocorreu no dia 12, na conexão de um duto em Ouro Preto, em área próxima ao município de Itabirito. O valor da multa ainda será calculado. A Vale também deverá apresentar um cronograma detalhado das ações de limpeza e remediação da área. Os rejeitos atingiram os córregos da Prata e das Almas, o ribeirão Mata-Porco, o rio Itabirito e o rio das Velhas.

Petróleo estável

Os preços do petróleo fecharam perto da estabilidade na sexta-feira. O Brent para maio teve alta de 0,04% a US\$ 51,76 o barril em Londres. O WTI para entrega em abril encerrou com alta de 0,06% a US\$ 48,78 o barril em Nova York. Na semana, o Brent avançou 0,92%. Já o WTI teve ganho de 0,83%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza

Título: União não quer negociar hidrelétricas com Cemig

O governo federal não tem interesse em negociar com a estatal de energia elétrica de Minas Gerais, Cemig, uma nova proposta da empresa para tentar resolver uma disputa em torno do controle sobre três hidrelétricas no Estado. A afirmação é de uma autoridade do governo que acompanha o caso. As usinas de Jaguará, Miranda e São Simão respondem por 40% (ou 3,2 GW/h) da capacidade de geração da Cemig, sem contar o potencial das empresas coligadas a ela.

A estatal tenta obter renovação das concessões dessas hidrelétricas enquanto a União quer relicitá-las. A briga se arrasta desde fins de 2012, quando foram anunciadas novas regras para o setor elétrico. A disputa foi parar nas mãos do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF). Nos últimos meses, a

empresa passou a defender a ideia de atrair sócios privados para as usinas. O argumento é que isso se enquadraria no que diz uma legislação recente (13.360) e que possibilitaria renovação dos contratos. "Podem ser [sócios] estrangeiros, podem ser nacionais, nós temos condição de conseguir viabilizar essa alternativa", disse na sexta-feira ao ValorPRO, o serviço de informações em tempo real do Valor, o presidente da Cemig, Bernardo Salomão. A proposta já foi levada a integrantes da União. Se prosperar, encerra o litígio no STF. Mas uma autoridade do governo que acompanha de perto a disputa disse à reportagem que a posição do governo Michel Temer (PMDB) está tomada: reliciar as usinas. Um ponto chave nesse momento de ajuste nas contas é a arrecadação de recursos que viriam com os leilões. Descartar os leilões significaria simplesmente abrir mão de recursos já previstos em orçamento, algo fora de cogitação para o governo, segundo a fonte. Na quarta-feira, representantes do governo federal, liderados pela advogada-geral da União, Grace Mendonça, se reuniram com Toffoli. O objetivo era tentar convencer o ministro a rever uma liminar favorável à Cemig que ele concedeu em dezembro de 2015. Pela decisão, a empresa continua operando a usina de Jaguará. O argumento, na época, foi que as partes estavam negociando uma solução consensual e que enquanto isso ocorria seria melhor manter a Cemig com a usina. Depois, outra liminar baseada na decisão de Toffoli também beneficiou a estatal. Para o governo, isso virou um obstáculo. A liminar de Toffoli compromete o plano de licitação das usinas. Na reunião de quarta, a mensagem que o governo levou a foi que a União não está negociando e não tem interesse numa negociação com a Cemig, disse a fonte. Para o governo, a derrubada da liminar abre caminho para a relicitação das três e também Volta Grande, cuja concessão venceu recentemente. Sem negociação, restara à Cemig insistir na disputa judicial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho

Título: Petrobras ainda avalia como atender TCU

A nova versão do plano de desinvestimentos apresentada pela Petrobras e aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) prevê que a estatal divulgue ao mercado todos os atos relativos aos processos de venda de ativos, desde a publicação do inteiro teor do "teaser" (alerta de venda disparado para os potenciais interessados) até a conclusão do projeto. De acordo com acórdão do TCU sobre o tema, a nova versão do plano definiu que a publicidade passa a ser regra para os projetos de venda de ativos, ao contrário do modelo anterior, que determinava o estrito sigilo do processo. A forma de divulgação dos processos de venda de ativos, no entanto, ainda está sendo definida pela companhia. Tudo indica que a empresa fará aviso ao mercado de cada processo de negociação e disponibilizará, possivelmente em seu site, as informações relativas ao ativo, ou

pacote de ativos, colocado à venda. A partir daí, cada passo seguinte do processo deve ser divulgado ao mercado. Não se sabe ainda qual será o nível de detalhamento das informações de cada um desses passos.

"O normativo definiu que os principais atos serão divulgados ao mercado: inteiro teor do teaser; início da fase não-vinculante e de due dilligence [auditoria técnica e contábil dos ativos]; início da fase vinculante; concessão de exclusividade para negociação; aprovação interna pelos órgãos diretivos e assinatura dos contratos; e conclusão do projeto", afirma o TCU no acórdão. Qualquer exceção nessa regra de publicação precisa ser previamente aprovada pela diretoria executiva da Petrobras. O TCU, no entanto, reforçou que "ante a previsão de possibilidade de haver exceções à regra de publicação dos principais atos, há que se fazer uma ressalva sobre a necessidade de a Petrobras objetivar o prejuízo decorrente da publicidade, haja vista que a adoção de processo licitatório sob sigilo não guarda qualquer pertinência com a legislação pátria, ferindo diversos princípios aplicáveis à administração pública [...] além de contribuir para a insegurança jurídica da contratação". Ainda de acordo com o documento do TCU, com relação à escolha dos potenciais compradores, a nova versão do plano determina que a seleção de empresas seja efetuada por meio de critérios de seleção "objetivos, razoáveis, impessoais, devidamente justificados, comprovados e registrados". E esses critérios passam a ser submetidos à aprovação pela diretoria executiva. O TCU entendeu que "a instituição da publicidade como regra poderá trazer maior robustez aos processos de desinvestimento, posto que, ao conferir transparência aos processos, fortalece-se o chamado 'controle de mercado', bem como o controle social, podendo ampliar consideravelmente o número de participantes, o que poderá contribuir para a obtenção de valores justos às negociações dos ativos. Além disso, fortalece-se também o controle por parte da sociedade". Procurada, a Petrobras reafirmou ter apresentado a proposta ao TCU. Na última semana, a companhia já havia informado ao Valor que os processos de venda de ativos terão publicação de edital e envio de carta-convite. Na quarta-feira, o TCU liberou a continuidade do programa de desinvestimentos da estatal, com mudanças na transparência do processo. A estatal prevê levantar US\$ 21 bilhões com venda de ativos em 2017 e 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires

Título: Dois terminais portuários em Santarém vão a leilão

Aeroportos tendem a ter mais liquidez porque não existem muitos à venda no mundo e permitem a geração de uma série de receitas além das tarifárias. Já os terminais portuários do Pará são dedicados a um nicho muito específico e

considerados de pequeno porte. Ainda assim, têm características que podem garantir a transferência à iniciativa privada. São áreas "brownfield" - já ocupadas. Uma está com contrato vencendo e outra opera por meio de decisão judicial, com término vinculado à licitação. As empresas que lá estão - a Distribuidora Equador e a Petróleo Sabbá, joint venture entre Raízen e IB Sabba - dificilmente vão deixar de entrar na disputa, pois têm interesse em manter o negócio. Grupos verticalizados, notadamente que já trabalham na cadeia de combustíveis, também são cotados. Conforme o Valor apurou, a Ipiranga, braço de distribuição de combustíveis do grupo Ultra, estaria interessada. Procuradas, a Ipiranga e a Distribuidora Equador não se manifestaram. A Raízen disse que não comenta assuntos relacionados a eventuais investimentos futuros.

Outra questão é que logística portuária para armazenagem de combustíveis é considerada estratégica na região Norte, especialmente devido às importações de derivados de petróleo enquanto o Brasil não aumenta o parque de refino naquela região. Na visão de especialistas, a lacuna entre a crescente demanda de combustíveis no Norte e a pouca oferta de tancagem amplia o valor estratégico do negócio, o que pode atrair empresas eminentemente operadoras. A licitação dos terminais consta da primeira lista de 34 projetos de infraestrutura divulgada pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) de Michel Temer, em setembro de 2016. No material, o governo afirma que as licitações dos dois terminais "são cruciais para a manutenção da distribuição de combustíveis na região, que teve aumento de 24% no consumo de combustíveis entre 2011 e 2014." "Não tenho a menor dúvida de que são dois terminais com viabilidade inquestionável. Mas eles só recebem barcas e não navio de longo curso", pondera Fabrizio Pierdomenico, sócio da consultoria Agência Porto. O planejamento do porto público de Santarém não permite o recebimento de embarcação de longo curso para combustível. Dessa forma, a carga destinada a Santarém transportada nesse tipo de navio tem de fazer um "tombo" a mais: parar em um outro porto e ser transferida para balsas para chegar até Santarém. As propostas devem ser entregues na BMF&Bovespa, das 10h às 13h de hoje. As ofertas de preços serão abertas na quinta-feira, também na Bolsa, em sessão pública. Vence quem der o maior valor de outorga não inferior a R\$ 1,00. O governo prioriza, com esse critério, os investimentos nos ativos em vez da arrecadação. Há poucos dias, a Petróleo Sabbá entrou com representação no Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo liminar para suspender a licitação até o julgamento do mérito do pedido de anulação do edital, para revisão dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental. A área técnica do órgão considerou a representação improcedente e propôs não conceder a liminar. O relator pode ou não acatar. (Colaborou Stella Fontes)

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Legislação****Autor: Beatriz Olivon****Título: TST julgará ação bilionária contra a Petrobras**

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) pode decidir hoje se a Petrobras calcula da forma adequada uma remuneração acertada com os funcionários em 2007. A estatal estima que uma eventual derrota pode lhe custar R\$ 13,62 bilhões, segundo o balanço do terceiro trimestre de 2016. A conta feita pelos sindicatos é maior e chega a R\$ 20 bilhões. A disputa envolve o acordo coletivo de trabalho de 2007. Pelo texto, todos os funcionários da estatal em funções administrativas e sem exposição a riscos ocupacionais passaram a receber um complemento sobre o salário básico depois da negociação de uma política salarial chamada de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).

Por meio dela, funcionários do mesmo nível e da mesma região que recebiam menos que outros trabalhadores passaram a ganhar a diferença. O que se discute é o fato de, na prática, o programa ter incluído no cálculo o adicional de 30% a que têm direito os trabalhadores expostos a riscos, como os que trabalham em refinarias e plataformas de petróleo. Em 2012, os sindicatos entraram com uma ação contra a Petrobras, tendo como base a previsão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre o pagamento de adicional de periculosidade. Após decisões divergentes no TST, a disputa chegou ao Pleno, por meio de um incidente de uniformização de jurisprudência. Por enquanto, o precedente do TST sobre o assunto é contrário à petroleira. A decisão da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), de 2013, contraria interpretação da cláusula pactuada, segundo a companhia afirmou na época do julgamento. O processo que será julgado no Pleno envolve Petrobras, União e quase 20 entidades sindicais de diferentes Estados, entre elas a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Sindicato dos Petroleiros do litoral paulista (Sindipetro). A relatora é a ministra Maria de Assis Calsing. Após a decisão, caberá recurso ao próprio tribunal, via embargos - usado para esclarecer omissões ou contradições. Também é possível recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), se for apresentado argumento que tenha como base matéria constitucional. Para os sindicatos, a remuneração deve ser calculada com base na diferença de salários somados às vantagens pessoais - como pagamento extra por assumir função de maior responsabilidade ou chefia. No cálculo, a Petrobras inclui os adicionais de periculosidade e sobreaviso, segundo o advogado da Federação Única dos Petroleiros, Eduardo Abreu, do escritório Normando Rodrigues Advogados Associados. Da forma como a conta é feita pela estatal, o adicional de periculosidade reduz o valor devido de RMNR. De acordo com o advogado, além da ação coletiva, há funcionários que entraram com ações individuais. "Os trabalhadores querem que o cálculo do RMNR seja feito conforme cláusula do

acordo coletivo", afirma. O processo que será julgado no Pleno havia sido pautado em 2016. Mas por falta de tempo não chegou a ser julgado. Há, porém, a possibilidade de não ser analisado hoje. Duas ações sobre o mesmo tema foram afetadas ao Pleno na quinta-feira, para que seja avaliada a possibilidade de serem julgadas como repetitivo. Os repetitivos têm um rito próprio que envolve a realização de audiência pública, por exemplo. Por isso, os ministros podem decidir esperar para julgar a questão. Procurada pelo Valor, a Petrobras afirmou que não vai comentar o processo antes do julgamento. Segundo o balanço da empresa do terceiro trimestre de 2016, esse é o processo de maior valor entre as ações trabalhistas de perda considerada possível, listadas entre os processos judiciais não provisionados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor:

Título: Destaques

Confissão ficta

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve decisão que negou ao Auto Posto Campineira, de Campinas (SP), a pretensão de condenar um gerente a reparação pelos prejuízos causados por suposto desvio de combustível e apropriação de valores. O posto alegava que, como o gerente não compareceu à audiência na qual deveria prestar depoimento, deveria ser aplicada a confissão ficta, na qual se presumem verdadeiros os fatos alegados pela parte contrária. No caso, porém, a decisão se baseou em outras provas constantes dos autos, que não permitiram calcular o montante do desvio. A reclamação trabalhista foi apresentada pelo gerente, que pedia a reversão da dispensa por justa causa e indenização por dano moral pelas acusações. Já a empresa disse que o gerente confessou à polícia ter cometido os desvios, e, em reconvenção, pedia a sua condenação em R\$ 110 mil pelos prejuízos. O juízo de primeiro grau indeferiu a reconvenção e reverteu a justa causa. Ao examinar recurso do posto, o Tribunal Regional do Trabalho de Campinas constatou que o trabalhador não compareceu à audiência na qual deveria depor. Considerando que ele havia confessado os desvios na delegacia, concluiu que ficou provado o ato de improbidade e restabeleceu a justa causa. Quanto à reconvenção, porém, entendeu que os documentos fiscais trazidos pelo posto não comprovaram o montante do alegado desvio, não sendo possível assim quantificar o prejuízo, o que foi mantido pelo TST (RR-393-31.2010.5.15.0001).

MME / ASCOM .